

UFV MG VI
Equipamentos
Fotovoltaicos Ltda.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
GDPAR GDSolar Participações em Projetos Solares Ltda.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GDPAR GDSolar Participações em Projetos Solares Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 2 de setembro a 31 de dezembro de 2019, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GDPAR GDSolar Participações em Projetos Solares Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 2 de setembro a 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 01 de junho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Diego Feliciano Irineu
CRC 1SP223212/O-2

UFV MG VI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	Passivo	Nota	2019
Caixa e equivalentes de caixa	7	1	Fornecedores	9	2
Total do ativo circulante		1	Total do passivo circulante		2
			Partes relacionadas	8	1
			Total do passivo não circulante		1
			Patrimônio líquido		
			Capital social	10	-
			Prejuízos acumulados		(2)
			Total do patrimônio líquido		(2)
Total do ativo		1	Total do passivo e patrimônio líquido		1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UFV MG VI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA

Demonstração do resultado

Período de 2 de setembro a 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2019</u>
<u>Despesas Operacionais</u>		
Despesas Gerais e Administrativas	11	<u>(2)</u>
Resultado Antes do Resultado Financeiro		<u>(2)</u>
Prejuízo do período		<u><u>(2)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UFV MG VI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA

Demonstrações do resultado abrangente

Período de 2 de setembro a 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>
Prejuízo do período	(2)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(2)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UFV MG VI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 2 de setembro a 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 2 de setembro de 2019		-	-	-	-
Capital Social	12	200	(200)	-	-
Prejuízo do período		-	-	(2)	(2)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>200</u>	<u>(200)</u>	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UFV MG VI EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

Período de 2 de setembro a 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período		(2)
Variação de ativos e passivos		
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos		
Fornecedores	11	<u>2</u>
		<u>2</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>-</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Partes relacionadas	10	<u>1</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>1</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>1</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>1</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>1</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A UFV MG VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda (“Empresa”) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída em 02 de setembro de 2019, com sede da Companhia localizada no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais, na rodovia BR 120, s/n, na altura do KM 116, Zona Rural. Em abril de 2020 a companhia foi transformada em Sociedade Anônima para investir em projetos de Geração Distribuída de Energia fotovoltaica, sendo essa sua atividade principal.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pelos Diretores em 01 de junho de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais, estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma

hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. A companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- e os termos que limitam o acesso da companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o

custo amortizado impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A companhia dereconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

- A companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- reestruturação de um valor devido à companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro encontra-se vencido e avalia-se que não há mais recursos eficientes para cobrança.

7 Caixa e equivalentes de caixa

2019

Bancos conta movimento

1

1

8 Partes relacionadas

As operações de recursos com partes relacionadas não estão sujeitas à atualização monetária e não possuem vencimento determinado. Os saldos dessas contas correntes ao final de cada exercício podem ser assim apresentados:

(i) Saldos de ativos e passivos

Passivo	2019
GD Solar Holding S/A (a)	<u>1</u>
Total Não Circulante	<u>1</u>
Partes Relacionadas – Passivo	<u><u>1</u></u>

(a) acionista da Companhia.

(ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não existe cláusula no contrato social preventivo a remuneração dos administradores.

9 Fornecedores

	2019
Fornecedores	
A2 S.I. Assessoria Empresarial	<u>2</u>
Total	<u><u>2</u></u>

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social, subscrito e não integralizado, é de R\$ 0 representado por 200.001 cotas detidas pelos sócios GD Solar Holding S.A (200.000 cotas) e BRL Solar Soluções em Energia Ltda (1 cota).

11 Despesas gerais e administrativas

2019

Serviços tomados – paralegal	2
	<u>2</u>

12 Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2019	Ativos financeiros a		Outros passivos financeiros
	VJR	custo amortizado	
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	-
Fornecedores	-	-	2
Partes relacionadas	-	-	1

a. *Gerenciamento dos riscos financeiros*

A companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

O gerenciamento de risco da companhia foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros.

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a companhia incorrer em perdas financeiras, principalmente, caso uma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente dos depósitos bancários.

A Administração estabeleceu uma análise de crédito na qual cada novo ou potencial cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da companhia apresentar uma

proposta ou participar de alguma concorrência. A revisão efetuada pela companhia inclui a avaliação, quando disponíveis, de demonstrações financeiras, informações do setor de atuação do cliente em potencial, e, em alguns casos, referências bancárias.

Em relação ao risco de crédito de caixa de equivalentes de caixa, a companhia adota como premissa, investir em instituições financeiras de grande porte.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldode “Caixa e equivalentes de caixa” foi de R\$ 1 . Tais saldos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores não incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Em 31 de dezembro de 2019	Individual			
	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores (Nota 9)	2	2	-	-
Partes relacionadas (Nota 8)	1	-	1	-
Total	3	2	1	-

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, tenham impacto nos ganhos da companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não operou em 2019 com instrumentos de derivativos para troca de risco.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia não apresenta instrumentos financeiros sujeitos a incidência de juros em 31 de dezembro de 2019.

13 Eventos Subsequentes

- (i) Em 6 de abril de 2020 ocorreram os eventos de transformação da Companhia em Sociedade Anônima, a mudança da razão social para Gdpar Gd Solar Participações em Projetos Solares S.A e a cessão de 100% das cotas da sociedade para GD Geração Distribuída Participações S.A;
- (ii) Em 07 de julho de 2020 ocorreram as aquisições onerosas de 100% das cotas dos projetos da Origo Energia, 9 SPEs (sociedades de propósito específico) de Minas Gerais:

UFVs Origo Energia:

SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.

- (iii) Em 15 e 31 de dezembro de 2020 ocorreram as aquisições onerosas de 100% das cotas dos projetos da Magazine Luiza, 8 SPEs (sociedades de propósito específico) espalhadas por 7 Estados:

UFVs Magazine Luiza:

UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.

- (iv) Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia aprovou o aumento de capital de R\$ 200 para 104.169;
- (v) Em 30 de setembro de 2021 ocorreram as transferências dos projetos da Solargrid através de aumento de capital da GD Geração Distribuída com a conferência das cotas das SPEs abaixo, passando o capital social de R\$ 104.169 para R\$ 213.086.

UFVs Autogeração Solar:

Solargrid Autogeração Solar Bahia Ltda.
Autogeração Solar São Paulo Ltda.
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda.
Autogeração Solar Alegrete Ltda.

- (vi) Em 19 de outubro de 2021 a Companhia aprovou a redução do capital social em R\$ 160.000, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, passando o capital social de R\$ 213.086 para R\$ 53.086;

- (vii) Em 18 de janeiro de 2022 iniciou a geração da Usina Fotovoltaica de São José do Rio do Peixe, vinculada a UFV PB I Locações de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda;
- (viii) Em 18 de fevereiro de 2022 foi energizada a Usina Fotovoltaica “Alegrete I”, vinculada a SPE UFV RS I Locações de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda;
- (ix) Em 21 de fevereiro de 2022 foi energizada a Usina Fotovoltaica “Apodi”, vinculada a SPE UFV RN I Locações de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda;
- (x) Em 30 de abril de 2022 a Companhia aprovou a cisão parcial com a transferência dos projetos da Magalu para GD Geração Distribuída Participações S.A.

UFVs Magazine Luiza:

UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.